



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS  
GABINETE DO PREFEITO**

**LEI N° \_\_\_\_\_, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2025**

**DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO  
MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS PARA O  
QUADRIÊNIO 2026-2029.**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS, ESTADO DO PARÁ, APROVOU, E  
EU, PREFEITO DO MUNICÍPIO, SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

**CAPÍTULO I  
DO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL E DO PLANO PLURIANUAL - PPA**

**Art. 1º** Esta Lei institui o Plano Plurianual - PPA do Município de Parauapebas para o quadriênio 2026-2029, em cumprimento ao disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal.

**Art. 2º** O planejamento governamental é a atividade que, a partir de diagnósticos e estudos prospectivos, orienta as escolhas de políticas públicas.

**Art. 3º** O PPA 2026-2029 é instrumento de planejamento governamental que define diretrizes, objetivos e metas com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas, orientar a definição de prioridades e auxiliar na promoção do desenvolvimento sustentável.

**Art. 4º** O PPA 2026-2029 terá como diretrizes:

I – a garantia dos direitos humanos com redução das desigualdades sociais, regionais, étnico-raciais e de gênero;

II – a ampliação da participação social;

III – a promoção da sustentabilidade ambiental;

IV – a valorização da diversidade cultural e da identidade local;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS GABINETE DO PREFEITO**

V – a redução do déficit de serviços públicos essenciais para garantir o provimento de equipamentos sociais e serviços à sociedade;

VI – a excelência na gestão e o consequente aumento da eficiência dos gastos públicos;

VII – o crescimento econômico sustentável;

VIII – o estímulo e a valorização das áreas de educação, saúde, habitação, assistência social, infraestrutura urbana e rural, urbanismo e saneamento básico;

IX – a Agenda 2030, transformando nosso mundo para o desenvolvimento sustentável e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

### **CAPÍTULO II DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO PPA**

**Art. 5º** O PPA 2026-2029 reflete as políticas públicas e organiza a atuação governamental por meio dos seguintes Eixos Estratégicos, à luz da Agenda 2030:

I – Eixo Gestão Eficiente;

II – Eixo Avanço Social;

III – Eixo Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura;

IV – Eixo Sustentabilidade Ambiental;

**Art. 6º** Cada Eixo Estratégico é composto de programas e ações.

**Parágrafo único.** Cada programa será composto de atributos assim definidos:

I – objetivo: expressa os resultados a alcançar para determinado público-alvo e relaciona-se às mudanças e benefícios esperados com a implementação de suas ações, refletindo a efetividade esperada no alcance do objetivo proposto, devendo ser mensurável por um indicador;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS  
GABINETE DO PREFEITO**

II – denominação: reflete de forma sucinta o que fundamenta a existência do programa e seu objetivo; deve ter nomes que expressem com clareza o que será realizado no seu âmbito de atuação.

III – público-alvo: indica a quem está destinado o programa;

IV – indicador: instrumento que permite mensurar objetivamente o alcance da referência esperada;

V – unidade de medida: percentual ou unidade;

VI – data de apuração: quadrimestral;

VII – tipo de programa: finalístico ou de apoio administrativo;

VIII – unidade responsável: órgão do governo responsável pelo programa;

IX – data: início e término do programa.

**Art. 7º** Integram o PPA 2026-2029 os seguintes anexos:

I – Anexo I: Diagnóstico socioeconômico e ambiental do Município;

II – Anexo II: Previsão de Receitas;

III – Anexo III: Participação popular por meio de formulário online e audiências públicas;

IV – Anexo IV: Eixo Gestão Eficiente - Programas e Ações;

V – Anexo V: Eixo Avanço Social - Programas e Ações;

VI – Anexo VI: Eixo Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura - Programas e Ações;

VII – Anexo VII: Eixo Sustentabilidade Ambiental - Programas e Ações.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS  
GABINETE DO PREFEITO**

**CAPÍTULO III  
DA INTEGRAÇÃO COM OS ORÇAMENTOS**

**Art. 8º** Os programas e as ações constantes do PPA 2026-2029 estarão expressos nas leis orçamentárias anuais e nas leis de crédito adicional.

**Art. 9º** Os valores financeiros são estimativos, não se constituindo em limites à programação e à execução das despesas expressas nas leis orçamentárias e em seus créditos adicionais.

**Art. 10.** Os orçamentos anuais serão orientados pelas diretrizes expressas no art. 4º para o alcance dos objetivos constantes deste Plano.

**CAPÍTULO IV  
DA GESTÃO DO PLANO**

**Seção I  
Aspectos Gerais**

**Art. 11.** A gestão do PPA 2026-2029 consiste na articulação dos meios necessários para viabilizar a consecução dos seus resultados, sobretudo para a garantia de acesso dos segmentos populacionais mais vulneráveis às políticas públicas, e busca o aperfeiçoamento:

I – dos mecanismos de implantação e integração das políticas públicas;

II – dos critérios de regionalização das políticas públicas; e

III – dos mecanismos de monitoramento, avaliação e revisão.

**Art. 12.** A gestão do PPA 2026-2029 observará os princípios da publicidade, eficiência, impessoalidade, economicidade e efetividade e compreenderá a implementação, o monitoramento, a avaliação e a revisão dos programas e das suas respectivas ações.

**Art. 13.** O Poder Executivo manterá sistema de informações para apoio à gestão do Plano, que abrangerá a execução financeira dos programas, o alcance das metas e o acompanhamento dos indicadores.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS  
GABINETE DO PREFEITO**

**Seção II  
Do Monitoramento e da Avaliação**

**Art. 14.** O monitoramento do PPA 2026-2029 é atividade estruturada a partir da implementação de cada Programa e orientada para o alcance da referência esperada da administração pública do Município.

**Art. 15.** O Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal relatório final de avaliação do PPA, que conterá:

I – avaliação do comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do PPA;

II – situação, por Programa, dos Indicadores e Objetivos;

III – execução financeira por programa.

**Art. 16.** A avaliação consiste na análise das políticas públicas e dos Programas com seus respectivos atributos, fornecendo subsídios para eventuais ajustes em sua formulação e implementação.

**Art. 17.** O Relatório de Avaliação do PPA conterá:

I – avaliação do comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do PPA;

II – avaliação, por programa, demonstrando a possibilidade de alcance do índice final previsto para cada indicador e de cumprimento dos resultados esperados, relacionando, se for o caso, as medidas corretivas necessárias.

**Parágrafo único.** Para o pleno atendimento das disposições contidas no *caput* deste artigo, poderá a Secretaria Municipal de Fazenda requerer o auxílio e informações de todos os órgãos da administração direta e indireta, especialmente da Coordenadoria de Contabilidade do Sistema de Contabilidade Municipal, da Controladoria-Geral e da Procuradoria-Geral do Município.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**Seção III**  
**Da Revisão**

**Art. 18.** A inclusão, exclusão ou a alteração de programas constantes desta Lei serão propostas pelo Poder Executivo por meio de projeto de lei de revisão anual ou específico de alteração da Lei do PPA.

§ 1º Os projetos de lei de revisão anual, quando necessários, serão encaminhados à Câmara Municipal até 31 de agosto de cada ano.

§ 2º Os projetos de lei de revisão do PPA conterão, no mínimo, na hipótese de:

I – inclusão de programa:

a) diagnóstico sobre a atual situação do problema que se deseja enfrentar ou sobre a demanda da sociedade que se queira atender com o programa proposto;

b) indicação dos recursos que financiarão o programa proposto.

II – alteração ou exclusão de programa:

a) exposição das razões que motivam a proposta.

§ 3º Considera-se alteração de programa:

I – modificação da denominação, do objetivo ou do público-alvo do programa;

II – inclusão ou exclusão de ações orçamentárias;

III – alteração do título, do produto esperado e da unidade de medida das ações orçamentárias.

§ 4º As alterações previstas no inciso III do § 3º poderão ocorrer por intermédio da lei orçamentária ou de seus créditos adicionais, desde que:

I – seja evidenciado no texto legal;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS GABINETE DO PREFEITO**

II – mantenham a mesma codificação e não modifiquem a finalidade da ação ou a sua abrangência geográfica.

§ 5º A inclusão de ações orçamentárias de caráter plurianual poderá ocorrer por intermédio de lei de créditos especiais desde que:

I – seja evidenciado no texto legal;

II – sejam apresentadas, em anexo específico, as informações referentes às projeções plurianuais e aos atributos do Programa.

### **CAPÍTULO V DAS AGENDAS TRANSVERSAIS**

**Art. 19.** O Município adotará agendas transversais para tratar de políticas públicas de diferentes áreas, tais como crianças, adolescentes, idosos, mulher, pessoas com deficiência, povos originários, igualdades raciais, meio ambiente.

**Parágrafo único.** As políticas públicas para a primeira infância estão incluídas na agenda transversal de crianças e adolescentes e serão especificadas no monitoramento do PPA 2026-2029.

**Art. 20.** Considera-se agenda transversal o conjunto de políticas públicas articuladas entre diversos órgãos municipais para enfrentar problemas complexos e prioritários do Município.

### **CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 21.** Caberá à Secretaria Municipal de Fazenda, por meio da equipe de planejamento, realizar o monitoramento, a avaliação e a revisão do PPA 2026-2029, devendo definir os prazos, as diretrizes e as orientações técnicas complementares para a gestão do PPA, com obrigatoriedade para toda a administração pública municipal.

§ 1º Os órgãos da administração pública municipal responsáveis pelos programas deverão registrar as informações referentes à execução física/financeira das ações sob sua responsabilidade.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS**  
**GABINETE DO PREFEITO**

§ 2º Os órgãos da administração pública municipal deverão avaliar os resultados de seus programas e os mecanismos de participação da sociedade.

**Art. 22.** Caberá ao Poder Executivo, mediante Decreto, editar normas complementares de caráter técnico e operacional para a execução, o monitoramento e a avaliação do PPA 2026-2029.

**Art. 23.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parauapebas, 19 de dezembro de 2025.

**AURÉLIO RAMOS DE OLIVEIRA NETO**  
**Prefeito Municipal**